

## Leituras femininas, protagonistas de Machado

### Female readings, Machado's protagonists

André Luis Mitidieri\*; Josimare Francisco dos Santos\*\*

\*Universidade Estadual de Santa Cruz (UESC), \*\* Universidade Estadual de Santa Cruz (UESC)

---

**Resumo:** O presente artigo aborda representações de práticas de leituras femininas e a formação do leitorado oitocentista brasileiro, percebendo que as personagens ficcionais, encontradas em romances de folhetins, podem ser entendidas como estratégias para aprimorar o gosto pela leitura literária entre as mulheres burguesas do século XIX brasileiro. Por intermédio da fortuna crítica dos “romances de leitoras” escritos por Machado de Assis, é possível notar que os romancistas aproveitavam os espaços de veiculação oferecidos pelos jornais como meios de alcançar novos perfis de leitores, mais especificamente, o público leitor feminino. No entanto, a crítica literária brasileira apenas destaca fatos como esses a partir do momento em que a história e a historiografia literária abarcam passagens a dedicar espaço à leitura e em que a teoria literária acolhe a estética da recepção e as teorias do efeito. A pesquisa fundamenta-se em estudos sobre a leitura feminina no Brasil do século XIX e em trabalhos críticos sobre narrativas romanescas de Machado de Assis, principalmente, *A mão e a luva* e *Iaiá Garcia*, bem como nas reflexões de Antonio Cândido (2000), Hélio de Seixas Guimarães (2004a; 2004b), John Gledson (2006), José Guilherme Merquior (1977), Márcia Abreu (2003), Roberto Schwarz (2000) e Suzan Pravez (1981).

**Palavras-chave:** Formação do público leitor. Leitura feminina. Machado de Assis. Romance brasileiro oitocentista.

---

**Abstract:** This paper discusses representations of female reading practices as well as the process of formation Brazilian nineteenth-century readership, realizing that the fictional characters found in feuilletons novels can be understood as strategies to develop the taste for literary reading among bourgeois women during the quoted period. Through critical fortune of “women readers’ novels” written by Machado de Assis, it is possible to notice that this novelist took advantage of the space offered by newspapers as means of reaching new readers profiles, more specifically, the female readership. However, the Brazilian literary criticism just highlights facts like these when history and literary historiography starts to dedicate more space to the reading and when literary theory embraces the “Aesthetics of reception” and the “Theory of aesthetic effect”. The research is based on studies about women reading in Brazilian nineteenth-century and on critical works concerning to Machado de Assis’ novelistic narratives, mainly *A mão e a luva* and *Iaiá Garcia*, as well as on the reflections of Antonio Cândido (2000), Helio de Seixas Guimarães (2004a; 2004b), John Gledson (2006), José Guilherme Merquior (1977), Marcia Abreu (2003), Roberto Schwarz (2000) and Suzan Pravez (1981).

**Keywords:** Reader’s formation. Female reading. Machado de Assis. Nineteenth-century Brazilian novel.

---

## Introdução

Ler e escrever constituem práticas associadas ao poder e utilizadas como forma de dominação, em relações que passam por várias instituições sociais. O controle de leituras através da igreja, por exemplo, é decisivo para a construção da literatura brasileira, pois “a religião foi desde logo reputada elemento indispensável à reforma literária, não apenas por imitação aos modelos franceses, mas porque, opondo-se ao temário pagão dos neoclássicos, representava algo oposto ao passado colonial” (CANDIDO, 2000, p. 16-17). A igreja católica, ao longo dos séculos XVII e XVIII, deu um incentivo, ainda que mínimo, a hábitos de leitura por parte das mulheres, mas apenas aos livros “sagrados acessíveis”, que visavam à educação familiar e à manutenção dos bons costumes. Porém, não permitia que elas escrevessem, pois a escrita era considerada uma forma de liberdade de expressão inadequada, principalmente, no Oitocentos brasileiro, em que imperava o poder patriarcal, a voz masculinista de comando e obediência.

Na passagem do século XVIII para o XIX, a leitura passou de “intensiva” para “extensiva”, tornando-se atividade realizada não apenas por obrigação, mas também por prazer. O público começava a ter acesso ao impresso, através dos jornais, fossem notícias recortadas, fossem fascículos completos, lidos num banco de uma praça, no bonde ou em casa, fossem ainda livros, importados ou não. O leitor atrelava-se a leituras às quais estava habituado; no caso dos homens, com finalidades de instrução e relacionadas a uma carreira profissional: direito, matemática e economia. A partir da explosão da *Revolução Francesa*, em 1789, mudanças no setor econômico e tecnológico, permitiram a expansão do sistema de ensino, dando oportunidade para a inserção do impresso nas escolas. Essa disseminação de novas ideias acabou renovando o papel das artes, letras e ciências na condição de “civilizar” o homem. O civilismo, então, passou a ser influenciado diretamente pelo domínio das práticas de leitura e escrita. O almejo de transformar o homem através do conhecimento racional, pela educação e humanização, foi bem aceito pelos românticos como fundamentos primordiais para um mundo melhor.

No entanto, o racionalismo iluminista não obteve os resultados esperados. Muitos filósofos iluministas, como Rousseau, defendiam o retorno do homem ao seu estado natural, não corrompido pelos vícios da sociedade. O filósofo empreendeu severa crítica à educação vigente como uma forma de domesticação do homem:

A educação primeira é a que mais importa, e essa primeira educação cabe incontestavelmente às mulheres: se o Autor da natureza tivesse querido que pertencesse aos homens, ter-lhes-ia dado leite para alimentarem as crianças. Falarei portanto às mulheres, de preferência, em vossos tratados de educação; pois além de terem a possibilidade de para isso atentar mais de perto que os homens, e de nisso influir cada vez mais, o êxito as interessa também muito mais, porquanto em sua maioria as viúvas se acham quase à mercê de seus filhos e que então

precisam sentir, em bem ou mal, o resultado da maneira pela qual os educaram. As leis, sempre tão preocupadas com os bens e tão pouco com as pessoas por terem como objetivo a paz e não a virtude, não outorgam suficiente autoridade às mães. (ROUSSEAU, 1995, p. 9-10, nota 1).

Vale ressaltar que o Romantismo europeu surgiu na Inglaterra e na Alemanha e, posteriormente, teria na França um de seus principais núcleos difusores. A ideologia romântica valorizava o caráter nacional, as emoções e o sentimentos, como sabido. Românticos ingleses, alemães e franceses, além de defenderem a liberdade de expressão, também atribuíram valor à experiência individual e à imaginação como base para a expressão artística. Ao mesmo tempo, o romance e o jornal desempenhavam função de destaque no estabelecimento da consciência nacional, como alerta Benedict Anderson (1989), elencando outros fatores importantes, tais como a diversidade linguística do ser humano, o desenvolvimento da imprensa e do capitalismo, para se compreender a nação como uma representação coletiva, capaz de unir conceitos, símbolos e outras elaborações comuns àqueles que compartilhavam uma língua, um território, uma tradição cultural.

Compreendidas dessa maneira, novas nações, como Alemanha e Itália, formavam-se numa época em que o ideário do Iluminismo e da Revolução Francesa dava novo rumo à política e à economia mundial, promovendo uma relação sistemática entre escritor, obra literária e público: “a literatura foi considerada parcela de um esforço construtivo mais amplo, denotando um intuito de contribuir para a grandeza da nação” (CÂNDIDO, 2000, p. 12). Ainda que não se apresentasse de forma tão acentuada e sólida quanto na Europa, esse processo pode ser observado na colônia portuguesa que, como campo propício à divulgação das novas ideias europeias, enfrentava um recente processo de urbanização, desde a vinda da corte para o Rio de Janeiro.

Em sua obra sobre *O perfil do leitor colonial*, Jorge de Sousa Araújo (1999) nos diz que, no século XVIII,

Não existe entre nós, ainda, o leitor que se evidencie intelectualmente, debatendo sua cultura com os demais numa sociedade de signo crescente, avaliando ou questionado seu devir social, estimulado pelas várias camadas da leitura de obras representativas. Os documentos de que dispomos indicam um leitor apenas refletido a partir das áreas diretamente oriundas de um interesse específico de ampliação de *status* acadêmico ou profissional. Os livros permanecem na predominância de obras de devoção, mas já vão aparecendo, em número considerável, os clássicos latinos, as gramáticas e dicionários, Ciência naturais e Filosofia. Há pouca coisa de literatura portuguesa ainda (Camões quase exclusivamente e mais exclusivamente Os *Lusíadas*) e de brasileira (os moralistas do século e os poetas mineiros). Cervantes e Calderón pontuam na literatura

hispânica. Nada de literatura inglesa ou alemã. E muitos livros franceses, de Filosofia e Literatura. (ARAÚJO, 1999, p. 61-62).

Aproximado o final do século XIX, a temática romântica daria o tom às representações ficcionais produzidas em solo pátrio, no qual o espaço urbano passava a conquistar um lugar ao sol. Foi nessa época, aproximadamente, que a mulher passou a ter histórias de amor como leitura predileta, textos que sublinhavam a emoção, a irracionalidade e a sensibilidade como características naturais ao dito “sexo frágil”. A leitura feminina não deixaria de tráfegar pelo espaço privilegiado dos periódicos, onde se publicavam, e obtinham sucesso de recepção, as traduções de folhetins franceses, logo seguidas das produções nacionais nesse gênero. Por isso, Nelson Werneck Sodré (1995) salienta a importância de traçar um esboço da sociedade brasileira oitocentista a fim de percebermos a necessidade de uma literatura nacional atrelada às perspectivas românticas.

Convém recordar que o gênero romanesco, além de prenunciar o entrelaçamento com as conquistas científicas, atenderia aos anseios de modificações que estavam ocorrendo: o declínio monárquico e os novos valores sociais e culturais. Simultaneamente, os impressos dependiam da aceitação e da “educação” do leitor para circularem na sociedade brasileira, dentro da qual, a tutela às leituras das mulheres se faria acompanhar de um considerável incremento do público leitor feminino. Os leitores da década de 1870 já haviam aprovado com sucesso os romances nativos de José de Alencar; era a hora certa para assistir ao nascimento de outro romancista: Joaquim Maria Machado de Assis.

Como seu antecessor, Machado de Assis contempla o universo feminino em toda a sua produção romanesca. O conjunto de sua ficção inaugural, composta por *Ressurreição*, *A mão e a luva*, *Helena* e *Iaiá Garcia*, oferece indicações de que o escritor carioca não ignorava o fato de encontrar nas mulheres um destino certo para suas produções literárias. Tal consciência parece orientar o desenvolvimento dos textos em grifo, nos quais a presença representativa das leitoras e o apelo a elas se fariam cada vez maiores, segundo nos mostra a crítica literária brasileira, e mais ainda, quando viu ou quando pôde de fato ver o agravamento de tais marcas.

## 1 Breve história da leitura feminina no Brasil

Até meados do século XIX, havia pouquíssimas fontes que serviam de base para ensino e prática de leitura no Brasil. Dentre elas, podemos citar as autobiografias, os manuscritos (cartas e documentos de cartório), a *Constituição Imperial*, de 1827, o *Código Criminal* e a Bíblia como manuais de leitura:

Nos séculos XVI e XVII o que havia eram autores ocasionais, ou circunscritos à sua região, produzindo obras que na maioria absoluta não foram impressas, inclusive porque o Brasil só teve

licença para possuir tipografias depois de 1808. Algumas dessas produções foram editadas em Portugal, mas outras de grande importância conheceram apenas a difusão oral ou manuscrita, atingindo círculos restritos e só no século XIX chegaram ao livro. (CÂNDIDO, 1999, p. 20).

Somente a partir das mudanças sociopolíticas, decorrentes da transição da Colônia para o Império, é que as obras literárias passaram a circular na sociedade. A chegada da família real, em 1808, propiciou a expansão da imprensa, vista como um dos veículos fundamentais para a transmissão de informações, atualização de novos conceitos e, por que não dizer, como uma fonte de instrução. Segundo Roberto Schwarz (2000, p. 35), “o romance existiu no Brasil, antes de haver romancistas brasileiros. Quando apareceram, foi natural que estes seguissem os modelos, bons e ruins, que a Europa já havia estabelecido em nossos hábitos de leitura.” Assim, é constante o aparecimento de referências ao famoso *Saint-Clair das Ilhas* nas narrativas de muitos romancistas brasileiros. Isso porque, historicamente, o empenho da maioria dos escritores e críticos brasileiros girava em torno de se estabelecer uma tradição e um estilo literário tipicamente nacionais.

Percebemos tal objetivo quando José de Alencar (1977), no prefácio a *Sonhos d'ouro*, descreve o percurso literário nacional e se esforça para alcançar essa tradição. Sua obra traça uma espécie de painel da vida brasileira, que deixa transparecer com nitidez o projeto de literatura nacional por ele defendido. Para uma literatura ainda em formação, era mais válido ressaltar particularidades locais e trazer à tona os aspectos positivos da nacionalidade do que discutir os problemas do país. Acontecimentos como a chegada da família real, os processos de independência e o desejo de se alcançar uma identidade nacional permitiram que, aos poucos, os romances circulassem na sociedade oitocentista brasileira, mesmo que escassos e com algumas traduções incompletas. Mais acessíveis, porque editados em jornais, os folhetins ainda tinham a vantagem de permitir tanto leituras individuais quanto coletivas, propiciando momentos de intimidade e diversão.

A leitura coletiva é referida por José de Alencar em *Como e por que sou romancista?*, quando relata:

Uma noite, daquelas em que eu estava mais possuído do livro, lia com expressão uma das páginas mais comoventes da nossa biblioteca. As senhoras, de cabeça baixa, levavam o lenço ao rosto, e poucos momentos depois não puderam conter os soluços que rompiam-lhes o seio.

Com a voz afogada pela comoção e a vista empanada pelas lágrimas, eu também cerrando ao peito o livro aberto, disparei em pranto e respondia com palavras de consolo às lamentações de minha mãe e suas amigas. (ALENCAR, 1990, p. 58).

Nesse relato, notamos a reinvenção da leitura através do uso de modulações, gestos e teatralidade, a ponto de as “mulheres” lamentarem as desgraças ficcionalizadas. À época, “o comércio dos livros era, como ainda hoje, artigo de luxo; todavia, apesar de mais baratas, as obras literárias tinham menor circulação” (ALENCAR, 1990, p. 59). Nesse sentido, os estudos de Marisa Lajolo e Regina Zilberman (1996) apontam dois perfis marcantes na formação de um leitorado específico: o primeiro é um público coletivo e anônimo, tanto leitor quanto receptor, tendo práticas culturais marcadas pela oralidade, como por exemplo, as leituras coletivas, com a eleição de uma pessoa a fim de ler em voz alta para determinado grupo. A propósito, Alfredo Bosi (2007, p. 50) diz que “a burguesia oitocentista, grande e pequena, europeia e brasileira, ratificou o que lhe parecesse signo de *status*”. Esse fator acabou contribuindo para a criação de escolas e a disseminação das obras literárias, pois se tornou costume tomar livros de empréstimo e lê-los em grupo.

O segundo perfil, apresentado por Lajolo e Zilberman (1996, p. 9) destaca o leitor habilitado, considerado ideal para receber determinada obra literária, capaz de se inserir no texto e, ao mesmo tempo, distanciar-se dele, refletindo, deduzindo, tirando as próprias conclusões sobre o que era lido. No Oitocentos brasileiro, “a questão da instrução pública no Brasil é ainda relevante, em termos das dificuldades de extensão e adequação, pela natureza social dessas dificuldades e pela política de implantação pedagógica” (ARAÚJO, 1999, p. 169). Essa política proibia a leitura de livros considerados impróprios para uso das escolas.

Apesar disso, a evolução da imprensa periódica consistiu num dos principais veículos para formar o gosto e “educar” o leitor oitocentista brasileiro. Diferentes camadas sociais habilitavam-se, em nosso país, ao consumo de bens culturais impressos, destacando-se o público feminino, até então, excluído das práticas culturais letradas. A aceitação do romance entre as mulheres brasileiras auxilia a comprovar que a introjeção do leitor (ou leitora) no texto era uma das estratégias mais comuns para formação de público, segundo Lajolo e Zilberman (1996, p. 116-117).

A partir desse período, a literatura passou a contar com a possibilidade do público feminino. Até o século XIX e durante seu transcurso, a mulher era tipicamente doméstica, ou seja, o “centro aglutinador, princípio originário e destinatário final das atividades que se organizavam no território que governava: sua família” (PRAVAZ, 1981, p. 56). A leitora oitocentista tinha de ser constantemente conduzida, o que incluía a escolha de suas leituras, o espaço e a forma por meio das quais se realizariam. Apesar disso, desde a evolução da imprensa periódica, diferentes camadas sociais habilitaram-se ao consumo de bens culturais impressos, destacando-se a feminização do público leitor de romances, o que parece “confirmar os preconceitos dominantes sobre o papel da mulher e sua inteligência” (LYONS, 1999, p. 171).

Ao mesmo tempo em que a temática amorosa revelava-se como elemento essencial para a construção desse público, alguns modelos de leitura traziam conselhos sobre como ser boa mãe, boa esposa e dona de casa, referendando as

regras e os tabus vigentes. Com o desenvolvimento das cidades e da vida burguesa, “a mulher de elite passou a marcar presença em cafês, bailes, teatros e certos acontecimentos da vida social” (D’INCAO, 2000, p. 228), animando tais reuniões através da leitura coletiva, debatendo “histórias de amor” comuns ao público feminino.

Sobre o assunto, Lajolo e Zilberman (1996) afirmam que “só existe o leitor, enquanto papel de materialidade histórica, e a leitura, enquanto prática coletiva, em sociedades de recorte burguês, onde se verifica no todo ou em parte uma economia capitalista” (p. 16). A distinção entre as leituras masculinas e femininas é assim referida por Patrícia Pina (2002, p. 33):

de um lado, os homens, com preocupações graves e com uma formação intelectual mais consistente; de outro, as mulheres restritas a afazeres cotidianos, domésticos, sem grande consciência da realidade extra-muros de casa. As expectativas do primeiro grupo estariam, provavelmente, ligadas aos números com os quais conviviam desde a infância, enquanto as do segundo estariam voltadas para a costura do dia a dia, para as peripécias familiares e/ou amorosas, para os comentários e as confissões entre vizinhas, primas, enfim, seriam perspectivas de confirmação de um contexto dito e vivido.

Na sociedade patriarcal, a educação feminina era limitada e suficiente para cuidar da casa, do marido e dos filhos. Conforme relatos de viajantes pelo Brasil de 1865, seguindo os costumes portugueses, “os quais perduraram até os tempos republicanos, as mulheres não precisavam de muita instrução, apenas o suficiente para agradar socialmente” (ALMEIDA, 2007, p. 73). Somente algumas moças da elite conseguiam aulas particulares e em suas próprias casas, com professoras contratadas pelos pais. Mesmo assim, essa educação tinha como objetivo o serviço doméstico, a costura, a música e as habilidades manuais. Trabalhar era a função do homem, racional e provedor. Por isso, uma das poucas profissões femininas era a de professora. As demais profissões, como a de costureira, seriam mal vistas e encaradas como trabalho de mulheres frívolas, desprovidas de moral. Para preservar a mulher de uma “situação humilhante”, fazia-se “preciso, portanto, educá-las na religião e na doutrina cristãs e não deixar que influências desagregadoras as desviassem de sua rota” (AUAD, 1999, p. 457).

Era necessário tutelar as leituras femininas, pois “os textos cristãos propõem modelos positivos de virtude por meio da narração de vidas de santos e de fatos bíblicos nos quais se pode conhecer a trajetória de homens e mulheres que não pecam, que cumprem os mandamentos, que temem a Deus” (ABREU, 2003, p. 270). O leitor perceberia a posição ocupada por cada homem ou mulher, citados no texto religioso, como exemplo a ser imitado. Uma vez que os romances geralmente traziam representações de cenas cotidianas, não eram vistos com bons olhos, pois mostravam pessoas que erravam; que, fracas diante do vício, atentavam à moral cristã. Segundo a igreja, essas narrativas colocariam os leitores em contato com o

pecado, razão pela qual, a tutela feminina, por parte dos homens e do clero, também fazia parte de uma estratégia político-social que excluía as mulheres do universo letrado e exclusivamente masculino. Apesar disso, era no convento que a moças tinham acesso às obras literárias consideradas proibidas e, com isso, iam aos poucos encontrando formas de fugir da opressão, aventurando-se no mundo da leitura. Entre a religião e o imaginário, a oração e a poesia, surgiam os primeiros caminhos para a escrita feminina (Cf. PERROT, 2007, p. 31).

Não é de se admirar que a reforma na educação tivesse influências religiosas; a igreja cumpria assim, um duplo papel: disseminar a fé a um grupo cativo e instruir os meninos para o futuro (Cf. LAJOLO; ZILBERMAN, 1996, p. 237). A supervisão familiar também contava na tutela às leituras femininas, pois as mulheres, emotivas, poderiam se envolver facilmente com aquilo que liam, inserir-se nas narrativas, identificando-se com determinadas personagens, internalizando suas leituras, comparando-as com as vidas sem graça que viviam. De acordo com suas necessidades, algumas delas chegavam mesmo a reproduzir os textos de sua preferência, recortando-os, reestruturando frases, acrescentando ou subtraindo o que lhes convinha. Leituras a elas permitidas deveriam refletir o comportamento desejável e atribuído às religiosas que seguiam os bons costumes e as regras de moral.

Seguindo esse raciocínio, os romances adequados ao público feminino contemplavam *love stories* bem sucedidas, aptas o suficiente para seduzirem suas leitoras cativas que, entre abismos e reencontros dos casais protagonistas, “às vezes descobriam alimento insuspeitado para o pensamento” (MANGUEL; SOARES, 1997, p. 256-257). Associados àquilo que posteriormente seria catalogado como “amor romântico”, livros como esses ocupavam o tempo ocioso; elas “de algum modo, devem ter encontrado estímulos intelectuais nesse mingau: nas labutas, perigos e agonias dos casais amorosos, as mulheres às vezes descobriam alimento insuspeitado para o pensamento” (MANGUEL; SOARES, 1997, p. 257).

Tratava-se de textos que longe estariam de despertar nas mulheres qualquer desejo de participação ativa na vida política e econômica do país. Mesmo consideradas leituras simples e amenas, nelas se encontrava certo “estímulo intelectual”, além de alguma contribuição a suas formações: “frente a essa rede intrincada de sentidos, o leitor forja outros, novos, desarticulando para tal os sistemas de força que se cristalizam no real do mundo e da cena social” (BIRMAN, 1994, p. 111). Mesmo com tantas restrições, foi por meio da leitura, panorâmica ou não, que as mulheres tiveram oportunidades de pensar, criticar sua posição no universo social, respondendo a provocações implícitas em suas leituras.

Enquanto isso, a crítica literária no Brasil era exercida nos jornais que, além de instrumentos de informação, convertiam-se em importantes meios de entretenimento. Divulgado nos periódicos, o romance de folhetim foi bem aceito pelos leitores e, principalmente, dirigido à leitura feminina, já que, em tese, se enquadrava perfeitamente a esse público, devido a sua edição seriada e à possibilidade de ser lido nos intervalos entre os trabalhos domésticos, os cuidados com a família e os deveres religiosos. Na Europa ou no Brasil, o romance

folhetinesco ampliava o público leitor de jornais e, ao mesmo tempo, o público leitor de literatura.

Publicados em livros ou como folhetins na imprensa diária, a maioria dos escassos romances encontrados no Brasil oitocentista se compunha por traduções provenientes de Portugal e da França. No período colonial, o país não apresentava uma estrutura possível para a circulação de livros devido à inexistência da imprensa e da constante censura, mesmo depois da abertura dos portos. Além disso, a quantidade insuficiente de escolas, o alto preço dos livros e a ideia que a leitura era privilégio da burguesia jogaram forte papel contra o aumento do público leitor. Avançado o século XIX, os ficcionistas brasileiros passaram a direcionar suas obras literárias às mulheres. Boa parte deles apresentava as personagens femininas como instruídas, capazes de pensar e refletir, com o intuito de mascarar a ignorância e a opressão sofridas nos mundos sociais que lhes serviam de referência:

Os romancistas legitimam formas e regras vigentes, mas, simultaneamente, arriscam-se a romper com certos padrões ao oferecer ao destinatário – sobretudo pertencente ao sexo feminino – um horizonte mais largo de experiência cultural e ética. Mesmo com tais ressalvas, no entanto, os escritores confirmam a ideologia patriarcal. (LAJOLO; ZILBERMAN, 1996, p. 256).

Com as transformações sociais ocorridas no Brasil, as mulheres vieram a frequentar locais públicos, ampliando, de certo modo, seus horizontes culturais. Os debates e argumentações sobre fatos publicados nos jornais e histórias folhetinescas foram se inserindo, aos poucos, em cafés e salões da época. Os encontros ofereciam, a “algumas sinhás-moças e até velhotas capazes de leitura” (LAJOLO; ZILBERMAN, 1996, p. 75) oportunidades de exporem umas às outras suas opiniões sobre um dado romance. Leituras consideradas “ideais” para as burguesas da época eram os romances da vida interior, as revistas de moda e os artigos sobre ornamentação do lar, com objetivos de divertir. A mulher participava como ouvinte ou leitora, mas de nenhuma forma como produtora de cultura, sendo excluída “por preconceito, pela religião, pelos limites do papel que deveria desempenhar na sociedade burguesa” (MUZART, 1999, p. 25).

Para definir e diferenciar o dever de cada um na sociedade, os jornais do século XIX traziam temas divididos conforme o sexo de seus leitores. Como um dos principais veículos de publicação dos folhetins e de exercício da crítica literária, os periódicos contribuíram para que a mulher se tornasse alvo de leituras “simples” e “delicadas”, como o romance *Paulo e Virgínia*, do escritor francês Bernardin de Saint-Pierre. No convívio social, os homens geralmente, liam em voz alta para um grupo de senhoras, mas quando realizadas na mesma maneira pelas mulheres, tais atividades cumpriam a função de estreitar a intimidade entre os membros de suas respectivas famílias. As leituras femininas silenciosas, feitas no quarto ou perto de uma janela, eram escolhidas antecipadamente por irmãos e maridos, pais e padres.

Entre elas, a ficção folhetinesca se constituía no modo mais prático de inserir exemplares de romances no Brasil e a maneira inicial por meio da qual o gênero se disseminou entre seus leitores no século XIX. Nessa época, um significativo aumento do número de mulheres leitoras contribuiu positivamente ao processo de produção e consumo das narrativas romanescas. Por isso, é comum encontrarmos cenas de leituras, de leitura feminina e de representações de leitoras nas obras literárias dos mais renomados escritores da sociedade oitocentista nacional, como José de Alencar e Machado de Assis.

## 2 A crítica literária e o romance machadiano de leitoras

Durante a segunda metade do século XIX, a luta de alguns escritores e críticos brasileiros consistia em tentar estabelecer uma tradição e um estilo literário tipicamente nacionais. Nesse contexto histórico, José de Alencar se destacou e suas obras foram reconhecidas por parte de seus contemporâneos como um esforço enérgico nesse sentido. Machado de Assis também buscou estabelecer padrões pátrios de criação artística para o teatro e o romance. Sua estreia como romancista, no cenário da literatura nacional, rendeu vários comentários da crítica contemporânea a ele. Na coletânea organizada por Ubiratan Machado (2003), *Machado de Assis: roteiro da consagração*, que reúne pequenos artigos e resenhas que apareceram em jornais e revistas da época a respeito das obras literárias machadianas, o autor considera:

A boa aceitação popular levou o escritor a selecionar alguns trabalhos, reunidos em *Contos fluminenses*, sua estreia na prosa de ficção [...]. A cada trabalho, Machado aprimorava a técnica do conto e aumentava sua ambição em relação à prosa de ficção. A evolução natural conduzia ao romance, gênero atraente, de possibilidades bem mais amplas do que o conto. O resultado dessa busca de novos horizontes foi *Ressurreição*, publicado em 1872. (p. 13).

Esse romance teve uma avaliação positiva por parte dos críticos brasileiros oitocentistas, como o poeta e romancista Carlos Ferreira, que afirmava a seu respeito: “não é uma simples narrativa, é alguma coisa que deve primeiro que tudo falar a alma, e deixar nela uma impressão profunda da verdade da tese que se propôs desenvolver” (MACHADO, 2003, p. 84). Após o surgimento dessa obra literária, o escritor fluminense destacava, em “Instinto de nacionalidade”, já não ser mais possível uma literatura nacional com base na cor local:

Não há dúvida que uma literatura, sobretudo uma literatura nascente, deve principalmente alimentar-se dos assuntos que lhe oferece a sua região; mas não estabelecamos doutrinas tão

absolutas que a empobrecam. O que se deve exigir do escritor antes de tudo, é certo sentimento íntimo, que o torne homem do seu tempo e do seu país, ainda quando trate de assuntos remotos no tempo e no espaço. (MACHADO DE ASSIS, 2004, p. 804).

No mesmo ensaio, Machado propôs mudar o foco central da representação da literatura brasileira de sua época: da cultura indígena e sua mitificação para a sociedade urbana. Isso era o que ele parecia vir tentando em suas peças teatrais, na poesia, no conto e no romance. Entretanto, as apreciações à produção do ficcionista nesse gênero somente teriam mais peso na década de 1880, com a “tríade formada por Romero, Araripe e Veríssimo que respondeu à obra machadiana de maneira mais variada e sistemática e a cujas críticas o escritor também reagiu, ativamente ou pelo silêncio eloquente” (GUIMARÃES, 2004b).

Já no livro intitulado *Os leitores de Machado de Assis: o romance machadiano e o público de literatura no século XIX*, Hélio de Seixas Guimarães (2004a) busca demarcar a figura do leitor na produção ficcional do escritor carioca, durante um tempo em que a maioria da população era analfabeta:

É possível traçar relações entre a percepção que Machado de Assis tinha do seu público, expressa na produção crítica, na correspondência e, em certa medida, na crônica, e a relação entre os narradores e as figurações do leitor nos romances. Dito de outra forma: as mudanças da percepção e da expectativa do escritor em relação ao seu público teriam implicações no modo como os narradores se dirigem aos seus interlocutores nos romances. (p. 27-8).

Ainda falando sobre as críticas reunidas na coletânea de Ubiratan Machado, percebemos que, com Sílvio Romero e José Veríssimo, os escritos de Machado de Assis passaram a ter um tratamento amplo. Araripe Jr. também marcou seu espaço, buscando as evocações do *ethos* nacional nas obras romanescas machadianas. De acordo com Regina Zilberman, os mencionados intelectuais contribuíram de forma positiva para a profissionalização da crítica, cuja institucionalização dependeu da

mudança da concepção sobre a atividade crítica, classificada como fazer científico, fundados em princípios e fiel a uma metodologia [...]. Além disso, dependeu também das mudanças das condições de trabalho intelectual, experimentadas desde a década de 70 [1870] e que tomam feição crescentemente moderna após a Proclamação da República. (ZILBERMAN, 1989, p. 89).

Nas obras literárias *Ressurreição* (1872), *A mão e a luva* (1874), *Helena* (1876) e *Iaiá Garcia* (1878), Machado de Assis já criava personagens que ambicionam mudar de classe social, ainda que isso lhes custasse sacrifícios, diferentemente dos romances românticos em que as personagens geralmente se comportavam de acordo com aquilo que lhes ditava o coração. Em *Ressurreição*, o autor pretendia extrair o núcleo da ação a partir de elementos do drama shakespeariano, marcando o espaço de suas leituras, como esclarece na advertência ao leitor:

minha ideia ao escrever este livro, foi por em ação aquele pensamento de Shakespeare: *Our doubts are traitors,*

*And make us lose the good oft might win,*

*By fearing to attempt.*

Não quis fazer romance de costumes; tentei o esboço de dois caracteres; com esses simples elementos busquei o interesse do livro. (MACHADO DE ASSIS, 1959, p. 9).

Assim, os primeiros romances de Machado oscilavam entre as instituições e a intimidade, entre a literatura do passado e um projeto literário para o futuro, sendo que esse, algumas vezes, não deixou de recorrer aos padrões de seu tempo. Nessas narrativas, encontramos cerimônias e convenções que se materializam na família e no casamento por interesse, em finais típicos para os romances da época: ascensão social por meio do matrimônio e punição através da morte ou do isolamento.

Desenvolvendo essa temática, a narrativa ficcional *A mão e a luva* foi considerada pela crítica oitocentista um retrocesso quando confrontada a *Ressurreição*, pois retomava características do romance de costumes. Além disso, os traços de sua personagem Guiomar assemelham-se aos apresentados pelas personagens de Feuillet<sup>1</sup> (Cf. MACHADO, 2003, p. 97). No que tange ao público leitor feminino, o cônego Caetano destaca o respeito à moral. Sua crítica nos remete ao modelo e às intenções da escrita voltada para o público feminino: lazer e educação. Ele compara essa obra literária às do escritor inglês William Thackeray, romances que “os pais podem dar às filhas sem prévia leitura” (Ibid, p. 98).

Em relação a *Helena*, mais uma vez, a crítica destacava as leituras implícitas no tecido romanescos: Castellar, Dumas Filho, Feuillet, Feydeon e Goethe. Sua personagem central é uma das primeiras protagonistas dos romances machadianos que cultiva explícita e conscientemente a qualidade de dissimular como instrumento para atingir objetivos pessoais. Da mesma forma que *A mão e a luva*, esse foi um dos romances consideradas como apto a dispensar de prévia tutela: “as donzelas podem lê-lo sem embaraços inconfessáveis” (MACHADO, 2003, p. 111). Tais romances, assim como *Iaiá Garcia*, que lhes sucede, através de suas personagens dissimuladas,

---

<sup>1</sup> Octave Feuillet: escritor francês. É autor de obras teatrais, como *Montjoie* (1856) e do romance *O senhor de Camors* (1867), que descreve o “falso moralismo” da alta sociedade.

mostram a capacidade de ocultação das motivações reais de uma ação para atingir um fim pretendido. Sobre o último deles, José Veríssimo afirmava ser talvez o mais romanescos dentre aqueles escritos pelo autor.

Após sua morte, Machado só voltou a ganhar estudos relevantes por volta dos anos de 1930. Ao longo do século XX, entre os estudiosos que se debruçaram sobre seus romances, destacamos primeiramente Augusto Meyer (1935), Lúcia Miguel-Pereira (1936), Eugênio Gomes (1958) e Barreto Filho (2002). Nas análises de Miguel-Pereira, vemos os tipos femininos das personagens machadianas “copiados da galeria dos manequins românticos: a mundana faceira, a virgem sentimental, a beleza tentadora e fria, que desperta paixões sem as compartilhar, todas caprichosas, orgulhosas, misteriosas” (MIGUEL-PEREIRA, 1936, p. 103). A biógrafa e crítica tentou relacionar as personagens machadianas a certos aspectos da vida do escritor. Assim, a personagem Guiomar, de *A mão e a luva*, por exemplo, consegue ascensão social através do casamento com um homem rico.

Esse tipo de visão fez com que os primeiros romances do escritor carioca ficassem à margem, sendo literariamente considerados como obras literárias menores em relação àquelas que ele produziria a partir da década de 1880. Todavia, Augusto Meyer retoma os estudos de Miguel-Pereira e, no apanhado biográfico que realiza, aprofunda sugestões para a interpretação da obra do autor que, indo além do Machado “inofensivo”, chamam atenção para seu tom mais “agressivo”. Meyer afirma que Machado se desvinculava aos poucos da concepção romântica, o que ficaria evidente em *Memórias póstumas de Brás Cubas* (1881). Assim, deixaria de lado a visão subjetiva e parcial da realidade, passando a representar ficcionalmente os problemas psicológicos e sociais de sua época através de personagens frias. Por seu turno, ao escrever sobre principais obras literárias machadianas (com maior atenção a *Memórias póstumas de Brás Cubas* e *Dom Casmurro*), Eugênio Gomes (1958) considera que são governadas pela ideia central de inspiração em escritores ingleses. Entre as influências recebidas de Charles Dickens e William Shakespeare, o crítico ainda as aproxima dos romances de Lawrence Sterne e William Thackeray, no que se referem à narrativa póstuma, às reticências e, no que aqui importa, às digressões textuais e aos diálogos constantes com o leitor.

Assim como Gomes, José Barreto Filho (2004) também aborda semelhanças entre a ficção inglesa e os romances machadianos, percebendo nesses o trágico, através da capacidade de desvendamento das camadas mais profundas da sociedade de sua época: as mazelas sociais, a troca de favores, a manipulação, a ambição e o poder. Além disso, afirma que Machado não se deteve na reprodução servil daquilo que os realistas e naturalistas chamavam de real ou natural, mas propôs analisar a vida e a sociedade num âmbito psicológico e crítico. O crítico salienta que o interesse do escritor fluminense pelo romance psicológico, encontrado em *Ressurreição*, seria deixado de lado nos romances *A mão e a luva*, *Helena* e *Iaiá Garcia*, nos quais se percebem “a influência do ambiente, o esforço para julgar o impulso de penetração psicológica, e substituí-lo pelo jogo das situações romanescas, desenrolando-se no belo quadro social do segundo reinado” (p. 98).

Astrojildo Pereira (1991, p. 14) argumenta que o escritor fluminense estava em meio a uma época de transição, do patriarcalismo para a burguesia, da monarquia para a república, caracterizada pela “ascensão histórica de uma nova classe dirigente”. Ele cita a análise de Nelson Werneck Sodré (1995), o qual afirmava que a ficção machadiana em sua fase “madura” já estava presente em sua fase “inicial”, porém, com menos intensidade. Segundo Pereira, as representações ficcionais dos bacharéis, das mocinhas casadoiras, das relações de favor e da sociedade da época caminhavam para mostrar o lugar de cada um em seu mundo real. Ao estudar o mesmo universo, Raymundo Faoro (1988) sublinha aspectos como a herança sob a forma do patrimônio invulnerável à crítica e ao escárnio e o casamento como meio de se alcançar a ascensão social:

a herança é a chave dos cabedais do chamado capitalista, herança presente ou futura. Herdeiros foram Brás Cubas, Bentinho (*D. Casmurro*), Félix (*Ressurreição*), Jorge (*A mão e a luva*), ou outro Jorge (*Iaiá Garcia*), Estácio (*Helena*), Rubião (*Quincas Borba*) e muitos, de menos envergadura. O traço comum dessa legião de filhos e sobrinhos aquinhoados pela morte virá do horror ao trabalho; todos cultivam o bom e elegante ócio. (p. 209).

O intelectual demonstra que a ficção do escritor carioca estava interessada no homem, no seu destino individual, psicologicamente abordado entre *Iaiá Garcia* e *Memórias póstumas*. Nesse último, seria possível perceber a mudança, radical e qualitativa do “Bruxo do Cosme Velho”: “Era o parto de um novo Machado, uma conversão às avessas. Há conversões de várias naturezas; do ponto de vista canônico, a de Machado só pode ser interpretada como o avesso de uma conversão edificante, uma crise de sentido reversivo” (FAORO, 1988, p. 440).

José Guilherme Merquior (1977) sugere que o afastamento das produções românticas, nas quais o amor vence tudo, foi fundamental para que as obras machadianas se dedicassem à crítica da sociedade de sua época, uma vez que, “não havendo valores estáveis, a literatura, no seu papel de interpretação da vida por meio da palavra, passou a procurá-los: daí ter ela assumido uma visão problematizadora” (p. 154). Esse crítico afirma que, mesmo encontrando traços característicos da maturidade literária nos primeiros romances de Machado, foi só a partir de 1880, com *Memórias póstumas*, que o autor atingiu o patamar de figura central de nossa literatura.

Segundo Antonio Candido (1999), Machado ficcionalizava a compreensão da condição humana e, por isso, se mantinha independente em relação aos modismos internacionais. Assim, “as sucessivas gerações de leitores e críticos brasileiros foram encontrando níveis diferentes em Machado de Assis, estimando-o por motivos diversos e vendo nele um grande escritor devido à qualidade por vezes contraditória” (p. 18). O escritor seria também um espectador que compreendeu as estruturas sociais de sua época, utilizando uma técnica que

consiste essencialmente em sugerir as coisas mais tremendas da maneira mais cândida (como os ironistas do século XVIII); ou em estabelecer um contraste entre a normalidade social dos fatos e a sua anormalidade essencial; ou em sugerir, sob aparência do contrário, que o ato excepcional é normal, e o anormal seria o ato corriqueiro. Aí está o motivo da sua modernidade, apesar de seu arcaísmo de superfície. (CANDIDO, 1999, p. 23).

Ao concordar com Antonio Cândido quanto às marcas ficcionais representativas do percurso econômico, político e social do século XIX brasileiro impressas na ficção machadiana, Roberto Schwarz (2000) afirma que *Ressurreição*, *A mão e a luva*, *Helena* e *Iaiá Garcia* “são quatro romances enjoativos e abafados, como o exigem os mitos do casamento, da pureza, do pai, da tradição, da família, a cuja autoridade respeitosa se submetem” (p. 87). No entanto, *A mão e a luva*, não apresenta traços tão rígidos de conformismo, pois “são os cálculos e a maleabilidade da moça [Guiomar] a razão de ser do romance” (Ibid., p. 88). Ela não se conforma em casar-se com quem a baronesa deseja, mas com o pretendente que encara como ideal para alcançar seu objetivo de ascensão social. Por sua vez, Alfredo Bosi (2002) aponta os traços psicológicos das personagens de *Ressurreição*, onde não existem assimetrias marcadas de classe social capazes de produzir diferenças significativas de comportamento, fato que ocorreria em *A mão e a luva*, *Helena* e *Iaiá Garcia*. Para o estudioso, tais assimetrias não só mostram situações de dependência, mas ratificam o simbolismo do patriarcalismo extenso da burguesia escravista do Segundo Reinado.

Os romances machadianos abordam assuntos comuns, relacionados ao cotidiano empírico dos leitores da época, como os costumes locais, a leitura, tanto individual quanto coletiva, as ambições e o favor. Nesse sentido, John Gledson (1998) observa que Machado “estava muito ciente de que escrevia para um público majoritariamente feminino” (p. 45) e que “não apenas escreveu muito para elas; ele foi seu espírito orientador; ao menos em seu aspecto literário. O esforço de produzir uma literatura que estimulasse as mulheres brasileiras é um dos traços menos conhecidos da carreira desse suposto retraído” (Ibid., p. 19). Tal aspecto é percebido quando nos deparamos em suas obras romanescas com as personagens femininas representativas das leitoras da época, consumidoras do folhetim diário e do romance.

Das narrativas machadianas ora citadas, apenas *Ressurreição* foi diretamente publicada em volume único, sem antes circular em folhetim (Cf. GUIMARÃES, 2004a, p. 126). Como visto, por meio desse gênero e dos romances europeus adaptados, ocorreu a formação do leitorado feminino burguês do Oitocentos brasileiro. Mesmo considerada uma atividade sem muita importância, a leitura possibilitou às mulheres certa capacidade de se voltarem a si mesmas, aos próprios pensamentos e emoções. Feita de maneira silenciosa, permitia que refletissem, revissem conceitos, criassem, pensassem, analisassem a sociedade na qual viviam. Não podemos ignorar as distinções entre leituras femininas e masculinas, visto que

as mulheres liam para ocupar o tempo ocioso e os homens o faziam para sua instrução (Cf. PRIORE, 1997, p. 409).

Ciente dessas diferenças, Machado de Assis, por intermédio de seu narrador, utilizava-se de dispositivos sutis que permitem uma aproximação e, ao mesmo tempo, uma identificação entre leitor (leitora)/narrador/personagem. Os mesmos dispositivos serviam também como ferramentas para educar as leitoras, permitindo deixar de lado o diálogo oral, dando prioridade à cultura impressa. Por isso, podemos dizer que o autor tinha também em vista o leitor “ideal” para sua obra: interessado na diversão e no preenchimento do tempo ocioso proporcionado pelo livro, numa época em que possuir bens culturais significava ter “poder” intelectual e aquisitivo. Nesse tempo, os romancistas aproveitavam o espaço do jornal como meio destinado a informar e alcançar novos perfis de leitores.

Em *Ressurreição*, percebemos seu esforço em propor novos hábitos de leitura, pois no Brasil do século XIX, os leitores ainda estavam muito acostumados aos romances populares europeus, ao estilo de Henri Murger, Octave Feuillet, Pérez Escrich etc. Com *A mão e a luva*, houve retrocesso aparente dessa proposta, uma vez que, para os críticos, a narrativa é um romance de costumes. Já *Helena e Iaiá Garcia* se vinculam esteticamente à maneira romântica, embora comportem traços do romance realista, do moralismo setecentista, dos gêneros orientados para o “sério-cômico”, apontando as características que marcariam obras literárias machadianas consideradas mais “maduras”, tais como *Quincas Borba*, *Dom Casmurro*, *Esau e Jacó* e *Memorial de Aires*.

*Iaiá Garcia* aborda o mundo urbano, “defende a ambição de mudar de classe social e a procura de um novo status, ainda que à custa de sacrifícios no plano afetivo” (BOSI, 2003, p. 177). A sociedade que passava a se organizar em torno da cidade brasileira, como salienta José Guilherme Merquior (1977), tornou-se um espaço importante para a difusão dos ideais franceses, propiciando o surgimento das academias, e deu oportunidade para organizar sistematicamente a produção literária brasileira até então inexistente. Tanto esse romance quanto *A mão e a luva* constituem representações ficcionais destinadas a conduzir, envolver o leitor e situá-lo no texto. Os textos em grifo trazem referências a um importante momento da história brasileira oitocentista e, neles, o narrador machadiano se vale da figura da leitora para abordar temas relacionados à recente burguesia nacional, como o casamento por interesse, a manutenção do patriarcalismo e as relações sociais.

O leitor brasileiro da década em que Machado começou a publicar seus romances estava “acostumado a histórias de forte apelo sentimental e carregadas de cor local, das quais *Sonhos d’ouro*, de Alencar, publicada no mesmo ano de 1872, serve de paradigma” (GUIMARÃES, 2004a, p. 125). O escritor fluminense tinha a intenção de propor mudanças referentes aos hábitos de leitura de seu tempo, segundo notamos já em *Ressurreição*, romance no qual se verificam diversos indícios de que buscava se afastar do território ceifado pelas leituras românticas, passando a abordar o favor, a manipulação e o paternalismo. Quando o ficcionista escreveu *A mão e a luva*, continuou com sua intenção de mudança, mas retrocedeu no enfoque das personagens porque, na narrativa, os elementos apareceram distorcidos ironicamente,

fazendo com que o leitor se identificasse com determinada personagem, corrigindo-a pelo riso ou pelo deboche.

Conforme Guimarães (2004a), “diante desse novo universo, a postura do narrador aparece bastante alterada. Ele não se coloca mais em constante oposição ao seu interlocutor, mas passa a narrativa buscando sua cumplicidade e tentando entabular acordos” (p. 139). De tal maneira, Machado utilizou uma forma diferente daquela que vemos em *Ressurreição*, ou seja, não interferiu com tanta força e desenvoltura no texto, mas permitiu que o leitor de certo modo se sentisse à vontade para “enganar-se” com a trama proposta pelo narrador: “[...] em *Helena e Iaiá Garcia* o apelo à atenção do leitor se faz de modo mais velado e indireto, por meio de tramas turbulentas, cheias de reviravoltas, e também da exacerbação da intensidade emocional dos dramas centrais” (GUIMARÃES, 2004a, p. 149).

Nessas narrativas machadianas, assim como nas antecedentes, as cenas e representações de leituras retomam ficcionalmente acontecimentos que iam fazendo parte do cotidiano oitocentista brasileiro. Valendo-se de dispositivos relacionados à necessidade de estimular e “educar” os leitores para a recepção dos textos produzidos na época, o escritor brasileiro entra em consonância com aspectos da teoria do efeito, desenvolvida por Wolfgang Iser (1996) praticamente ao final do século XX. Do grupo de textos ora estudados, é em *A mão e a luva*, *Helena e Iaiá Garcia*, os “romances de leitoras”, que mais aparecem cenas de leituras e onde mais transparecem questões relacionadas à leitura feminina. Como o público leitor da época representada, as personagens femininas de Machado revelam-se notórias consumidoras do folhetim diário e do gênero romanesco.

## Considerações finais

Por intermédio da crítica literária acerca dos romances escritos por Machado de Assis antes da década de 1880, observamos o esforço do ficcionista em propor novos hábitos de leitura no Brasil do século XIX, quando foram destinadas, ao público feminino, leituras simples, geralmente, histórias de heróis e mocinhos com finais felizes. Além disso, fazia-se comum a representação ficcional de eventos femininos cotidianos, a exemplo das leituras realizadas no jardim ou no quarto, bem como a leitura coletiva previamente tutelada. À época, as pessoas estavam, de certo modo, descobrindo o ato de ler e, melhor do que isso, era reproduzir o texto lido àqueles que não tinham acesso ao impresso.

Através do folhetim e dos romances europeus adaptados, ocorreu a formação do leitorado feminino burguês oitocentista no país. Mesmo considerada então como uma atividade sem muita importância, a leitura possibilitou às mulheres certa capacidade de se voltarem a si mesmas, aos próprios pensamentos e emoções. A leitura silenciosa permitia que refletissem, revissem conceitos, criassem, pensassem, analisassem a sociedade na qual viviam. O leitor brasileiro estava apegado a histórias sentimentais, como as obras literárias do escritor cearense José de Alencar, e de um

leque de escritores estrangeiros de sucesso absoluto, tais como Enrique Pérez Escrich, Henri Murger, Octave Feuillet, Paul de Koch e Ponson du Terrail.

O escritor fluminense desejava fugir à cor local, que assinalava a produção de Alencar, e propor mudanças referentes aos hábitos de leitura de seu tempo. Em sua narrativa romanesca *Ressurreição*, notamos diversos indícios de que buscava se afastar do território ceifado pelas leituras românticas, passando a abordar a lógica do favor, a manipulação e o paternalismo. Em *A mão e a luva*, Machado deu continuidade a esse objetivo, mas retrocedeu no enfoque das personagens porque os elementos aparecem distorcidos ironicamente, conduzindo o leitor a se identificar com determinada personagem, de modo que a tônica passa a ser uma tentativa de conciliação, mais afinada com os horizontes de expectativas dos leitores, melhor dizendo, das leitoras da época, consumidoras de primeira mão dos folhetins publicados nos jornais cariocas. O ficcionista utilizou uma forma diferente daquela que vemos em *Ressurreição*, ou seja, não interferiu com tanta força e desenvoltura no texto, mas permitiu que o leitor, de certo modo, se sentisse à vontade para “se enganar” com a trama proposta pelo narrador, o que parece intensificar-se em *Helena e Iaiá Garcia*.

No momento em que tais obras eram lançadas, a sociedade brasileira tinha grande número de analfabetos e os romancistas passavam a ter consciência da escassez de leitores e da necessidade de envolvê-los, desenvolvendo novos hábitos de leitura e recepção de suas obras. O escritor carioca realizava seu trabalho literário nesse tempo em que o índio idealizado e a cor local eram temáticas utilizadas para assegurar a identidade nacional de nossa literatura. Em seu “Instinto de nacionalidade”, deixou claro que, embora aqueles fossem elementos existentes na cultura brasileira, não deveriam ser considerados como fonte exclusiva de inspiração artística. Assim, voltou-se para a sociedade urbana, criando personagens com características próximas de sua realidade: jovens estudantes, recém formados, mocinhas casadoiras, agregados, funcionários públicos, matriarcas, enfim, figuras presentes no cotidiano empírico dos leitores. Isso já se percebe em *Ressurreição*, *A mão e a luva*, *Helena e Iaiá Garcia*, portanto, bem antes do romance que é muitas vezes considerado o marco inaugural de sua “fase madura” - *Memórias póstumas de Brás Cubas* -, publicado como folhetim em 1880 e, como livro, no ano seguinte.

As representações de leitora e de práticas de leitura feminina presentes nos romances ora destacados foram utilizadas como estratégias para a formação do gosto pela leitura literária entre as mulheres burguesas do século XIX brasileiro. Os quatro primeiros romances do Bruxo do Cosme Velho contemplam, pela via da ficção, as regras e o comportamento social vigentes no contexto representado. Nas narrativas em estudo, encontramos a frieza, a ambição, o orgulho e o conformismo que podiam ser facilmente observados no mundo empírico, de maneira que a representação de suas personagens, aproximando-se ao narrador e aos leitores, empíricos ou implícitos, constitui importante ferramenta para conquistar recepção a seus textos romanescos, a uma espécie de romance que não se encaixa de forma absoluta nem no padrão romântico nem no realista-naturalista.

As obras literárias que recebem destaque no presente artigo apresentam traços do romantismo liberal, tendência literária em vigor no universo cultural brasileiro da época, mas já trazem a elaboração realista da ordem social, por exemplo, através da submissão oportunista da agregada Guiomar (*A mão e a luva*) e da submissão contrariada de outra agregada, Estela (*Iaiá Garcia*), que rompe com a dependência senhorial através do trabalho assalariado, assegurando sua liberdade. Os romances em grifo, assim como *Ressurreição* e *Helena*, assinalam-se pelo moralismo à la Voltaire e promovem a aproximação das diferenças, ao lado do afastamento das semelhanças, além de provocarem o leitor através da ironia, algumas vezes, explícita; em outras, implícita.

Machado parecia testar um novo tipo de escrita no Brasil, a qual envolve a dissolução trágica (*Ressurreição* e *Helena*) e a integração cômica (*A mão e a luva* e *Iaiá Garcia*), sem se desligar totalmente nem da tradição romântica nem da realista ou da naturalista. Nesses romances, as heroínas tomam decisões para que possam ser integradas a um mundo que não parece feito para elas. Isso nem sempre ocorre de forma pacífica ou acontece sucedido do castigo e da punição, como é o caso de Helena, protagonista do romance homônimo cuja ousadia é paga com a própria vida. O escritor fluminense aproveitou as próprias leituras de escritores europeus tais como Henry Fielding, Jonathan Swift, Lawrence Sterne, William Makepeace Thackeray, na questão do humor, e de Johann Wolfgang von Goethe e William Shakespeare ao incorporar elementos dramáticos. Seu narrador estabelece diálogos com o leitor, introjetando-o na narrativa, forçando-o a preencher os vazios existentes no texto, conduzindo-o à reflexão e à crítica, da forma apregoada por Wolfgang Iser (1996).

Precisamos assim lembrar que, no século XIX, a leitura feminina era considerada um perigo. Os romances de costumes tornavam-se ideais para as mulheres, pois não exigiam reflexão profunda e serviam como meio de divertimento. Machado propunha novos hábitos de leitura, inserindo em suas obras literárias personagens leitores, divididos em dois grupos: os românticos e os perspicazes. Não é à toa que o leitor ideal representado ficcionalmente seja Luís Garcia, de *Iaiá Garcia*, um ser maduro e racional que lê, analisa e interage com o que é lido. Cabe dizer que a história da formação do público leitor feminino foi uma conquista oitocentista, mas a leitora que se pretendia formar era a mulher branca, aristocrática e bela. Apesar disso, o livro e o jornal foram imprescindíveis para a circulação dos romances nesse tempo.

Os folhetins tornaram possível alcançar maior número de leitores, tanto homens quanto mulheres, mas principalmente essas, em processo de aquisição das competências que antes não possuíam, apesar das estruturas óbvias de grande parte dos textos a elas direcionados ou aprovados pela tutela masculina. É desse modo que, nos parâmetros da teoria do efeito, o leitor compreende os significados propostos e participa ativamente dos textos lidos. O ato de ler excede os limites textuais e desencadeia um processo de transformação na subjetividade do leitor. De acordo com Wolfgang Iser (1996), a leitura é um processo de comunicação, do qual participam o autor, o texto e o leitor. O “leitor implícito”, por exemplo, incorpora e segue as orientações que estão previamente instauradas no texto, sem descartar a

existência de uma camada subjetiva de percepção, uma reação individual, como se nota nas protagonistas machadianas e também na própria recepção crítica que vêm alcançando ao longo do tempo.

Embora representadas ficcionalmente, as personagens leitoras de Machado de Assis permitem observar a ideia de uma leitora que não se confunde com a leitora real, mas resulta da interação texto/leitora. Ocorre que, no mundo empírico, cada leitor pode reagir de modo diferente a um mesmo texto: as normas e os valores se modificam pela experiência da leitura, pois, ao interagir com a estrutura do texto literário, o leitor não só sofre seus efeitos, mas age sobre eles, passando a ser visto como importante ferramenta de compreensão e crítica. Assim, em *A mão e a luva*, *Helena e Iaiá Garcia*, notamos entre cenas e representações de leitura a utilização de “ganchos” textuais, prática comum a vários autores durante o período em vista. As situações deixadas em aberto viriam a despertar o interesse do leitor em busca da continuidade e do final das histórias, o que se esclareceria apenas nas páginas dos jornais dos dias seguintes. Estratégias como essas passam a ser destacadas em trabalhos de cunho crítico a partir do momento em que a teoria literária se abre, na segunda metade do século XX, às relações entre o texto e o leitor, bem como às possibilidades de comunicação surgidas através das negações, supressões e outros dispositivos sublinhados pela estética da recepção, pelas teorias do efeito e pelas histórias e representações de leituras.

Não é outra a postura da crítica literária brasileira em relação às obras literárias de Machado que aqui denominamos “romances de leitoras”. Em torno delas, a tímida crítica de primeira hora incrementou-se na primeira metade do século XX para somente tornar-se pouco mais robusta a partir da segunda metade dessa centúria, demonstrando que a recepção de uma obra literária também leva em conta suas relações com os diversos horizontes de expectativa, inclusive, daquele leitor que, por algum motivo, trava contato com determinados aportes teóricos. Nem tão somente a teoria literária, mas também a história da literatura brasileira e a historiografia literária, quando desviadas de uma hegemônica centralidade oferecida ao sujeito produtor e a sua obra, permitem visualizar questões subterrâneas aos estudos literários. É a isso que pretendemos sinalizar, através dos diálogos estabelecidos pelo narrador machadiano com leitoras que, no interior das narrativas, se afiguravam como modelos para mulheres de carne e osso, candidatas potenciais a perceberem inúmeras relações entre o universo dos textos e seus pequenos mundinhos.

## Referências

ABREU, Márcia (Org.). “A leitura do romance”. In: \_\_\_\_\_. *Os caminhos dos livros*. Campinas: Mercado de Letras; ALB; FAPESP, 2003. p. 265-342.

ALENCAR, José de. *Como e porque sou romancista*. Adapt. ortográfica de Carlos Aquino Pereira. Campinas: Pontes, 1990.

ALENCAR, José de. “Prefácio”. In: \_\_\_\_\_. *Sonhos d'ouro*. Rio de Janeiro: José Olympio, 1977. p. 165-166.

ALMEIDA, Jane Soares de. *Ler as letras: por que educar meninas e mulheres?* São Bernardo do Campo: Universidade Metodista de São Paulo; Campinas: Autores Associados, 2007.

ANDERSON, Benedict. *Nação e consciência nacional*. São Paulo: Ática, 1989.

ARAÚJO, Jorge de Souza. *Perfil do leitor colonial*. Salvador: EdUFBA; Ilhéus: Editora da UESC, 1999.

ASSIS, Joaquim Maria Machado de. *Iaiá Garcia*. São Paulo: Cultrix, 1960.

ASSIS, Joaquim Maria Machado de. *A mão e a luva*. Rio de Janeiro: Sedegra, 1960.

ASSIS, Joaquim Maria Machado de. “Notícia da atual literatura brasileira Instinto de nacionalidade”. In: COUTINHO, Afrânio (Org.). *Machado de Assis: obra completa*. Rio de Janeiro: Nova Aguilar, 2004. v. 3. p. 801-809.

ASSIS, Joaquim Maria Machado de. *Ressurreição*. Rio de Janeiro: Jackson, 1959.

AUAD, Sylvia Maria Von Atzingen Venturoli. *Mulher: cinco séculos de desenvolvimento na América*. Belo Horizonte: Federação Internacional das Mulheres de Carreira Jurídica; CREZING – Centro Universitário Newton Paiva, 1999.

BARRETO FILHO, José. “O romancista”. In: COUTINHO, Afrânio (Org.). *Obra completa*. Rio de Janeiro: Nova Aguilar, 2004. v. 1. p. 97-114.

BOSI, Alfredo. *Machado de Assis: o enigma do olhar*. 4. ed. São Paulo: WMF Martins Fontes, 2007.

CANDIDO, Antonio. *Iniciação a literatura: resumo para principiantes*. 3. ed. São Paulo: Humanitas; FFLCH; EdUSP, 1999.

CANDIDO, Antonio. *Formação da literatura brasileira: momentos decisivos*. Belo Horizonte: Itatiaia, 2000. 2 v. v. 2.

CANDIDO, Antonio. *O romantismo no Brasil*. São Paulo: Humanitas; FFLCH; EdUSP, 2002.

D’INCAO, Maria Ângela. “Mulher e família burguesa”. In: DEL PRIORE, Mary. *História das mulheres no Brasil*. São Paulo: Contexto; EdUNESP, 1997. p. 223 -240.

FAORO, Raymundo. *Machado de Assis: a pirâmide e o trapézio*. 3. ed. Rio de Janeiro: Globo, 1988.

GLEDSON, John. *Machado de Assis: impostura e realismo*. São Paulo: Companhia das Letras, 1998.

GOMES, Eugênio. *Machado de Assis*. Rio de Janeiro: São José, 1958.

GUIMARÃES, Hélio de Seixas. *Os leitores de Machado de Assis: o romance machadiano e o público de literatura no século 19*. São Paulo: EdUSP, 2004a.

GUIMARÃES, Hélio de Seixas. “Romero, Araripe, Veríssimo e a recepção crítica do romance machadiano”. *Estudos Avançados*, v. 18, n. 51, São Paulo, may/aug. 2004b. Disponível em: <[http://www.scielo.br/scielo.php?script=sci\\_arttext&pid=S0103-40142004000200019](http://www.scielo.br/scielo.php?script=sci_arttext&pid=S0103-40142004000200019)>. Acesso em: 12 dez. 2011.

ISER, Wolfgang. *O ato da leitura: uma teoria do efeito estético*. São Paulo: Editora 34, 1996. 2v. v. 1.

LAJOLO, Marisa; ZILBERMAN, Regina. *A formação da leitura no Brasil*. São Paulo: Ática, 1996.

LYONS, Martyn. “Os novos leitores no século XIX: mulheres, crianças, operários”. In: MACHADO, Ubiratan (Org.). *Machado de Assis: roteiro da consagração*. Rio de Janeiro: EdUERJ, 2003.

MANGUEL, Alberto; SOARES, Pedro Maia. *Uma história da leitura*. São Paulo: Cia das Letras, 1997.

MERQUIOR, José Guilherme. *De Euclides a Anchieta: breve história da literatura brasileira*. Rio de Janeiro: J. Olympio, 1977.

MIGUEL-PEREIRA, Lúcia. *Machado de Assis: estudo crítico e biográfico*. São Paulo: Nacional, 1936.

MUZART, Zahidé Lupinacci. “Pedantes e bas-bleus: a história de uma pesquisa”. In: \_\_\_\_\_ (Org.). *Escritoras brasileiras do século XIX*. Florianópolis: Editora Mulheres; Santa Cruz do Sul; EDUNISC, 1999.

PEREIRA, Astrojildo. *Machado de Assis: ensaios e apontamentos avulsos*. 2. ed. Belo Horizonte: Oficina de livros, 1991.

PERROT, Michelle. *Minha história das mulheres*. Tradução por Ângela M. S. Côrrea. São Paulo: Contexto, 2007.

PINA, Patrícia Kátia da Costa. *Literatura e jornalismo no Oitocentos brasileiro*. Ilhéus: EDITUS, 2002.

PRAVAZ, Suzan. *Três estilos de mulher: a doméstica, a sensual, a combativa*. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1981.

ROUSSEAU, Jean-Jacques. *Emílio ou da educação*. Tradução por Sérgio Milliet. 3. ed. Rio de Janeiro: Bertrand Brasil, 1995. Tradução de: *Émile; ou, De l'éducation*.

SCHWARZ, Roberto. *Ao vencedor as batatas: forma literária e processo social nos inícios do romance brasileiro*. São Paulo: Duas Cidades; Editora 34, 2000.

SIMPÓSIO NACIONAL DE LEITURA, 1., 1994, Rio de Janeiro, RJ: Proler, FBN, Centro Banco do Brasil, 1994.

SODRÉ, Nelson Werneck. *História da literatura brasileira*. 9. ed. Rio de Janeiro: Bertrand Brasil, 1995.

ZILBERMAN, Regina. *Estética da recepção e história da literatura*. São Paulo: Ática, 1989.

*Recebido em 15 de novembro de 2012.*

**ANDRÉ LUIS MITIDIERI**

Doutor em Letras pela Pontifícia Universidade Católica do Rio Grande do Sul (PUCRS). Professor Adjunto do Curso de Letras e do Programa de Pós-Graduação em Letras – Mestrado em Linguagens e Representações – da Universidade Estadual de Santa Cruz (UESC). Email: mitidierister@gmail.com.

**JOSIMARE FRANCISCO DOS SANTOS**

Mestre em Letras – Mestrado em Linguagens e Representações – pela Universidade Estadual de Santa Cruz (UESC). Email: josinhacroche@gmail.com.